### CLIPPING IMPRESSO 23/10/2019



#### INDICE

| 1. | JORNAL ATOS E FATOS  |
|----|--|
|    | 1.1. AÇÕES TJMA  |
|    | 1.2. COMARCAS  |
|    | 1.3. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE                            |
|    | 1.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS                    |
| 2. | JORNAL ESTADO DO MARANHÃO                                      |
|    | 2.1. AÇÕES CORREGEDORIA  |
|    | 2.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO                                     |
|    | 2.3. DECISÕES  |
|    | 2.4. PUBLICIDADE LEGAL   |
|    | 2.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE                              |
| 3. | JORNAL EXTRA   |
|    | 3.1. EXECUÇÕES PENAIS  |
|    | 3.2. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR |
| 4. | JORNAL O IMPARCIAL   |
|    | 4.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS                    |
| 5. | JORNAL PEQUENO   |
|    | 5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS                         |
|    | 5.2. AÇÕES TJMA  |
|    | 5.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS                    |

Carlos Brandão participa da abertura oficial da Expoema 2019

**PÁGINA 6** 

2019

## Carlos Brandão participa da abertura oficial da Expoema 2019

Teve início, neste domingo (20), e se estende até o dia 27 de outubro, a Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), no Parque Independência, em São Luís. O vice-governador Carlos Brandão participou da abertura oficial da feira, que é uma realização da Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem) e conta com o apoio do Governo do Estado.

Em sua 61ª edição, a Expoema traz uma vasta programação, com cursos, palestras, leilões, atrações culturais e, como novidade, os rodeios da companhia Italo Todde, que ocorrem entre os dias 24 e 27, e devem fazer parte do cronograma permanente da exposição.

De acordo com a organização, o evento deste ano busca priorizar a produção de conhecimento – em



parceria com instituições de ensino – e a prestação de serviços à comunidade, com o apoio de órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

"O objetivo é que os participantes saiam da exposição com informações importantes para o desenvolvimento do agronegócio", informou o presidente da Ascem, Ivaldeci Mendonça, que também destacou o apoio do governo do Maranhão para a realização do evento.

"Não se faz uma exposição dessas sem apoio, sem andar de mãos dadas. Graças à colaboração do Governo do Estado e de outras frentes, a Expoema 2019 é uma realidade e será ainda melhor no próximo ano", enfatizou Mendonca.

Consolidada como uma das maiores feiras do setor no estado, a Expoema proporciona um importante espaço de encontro entre produtores, a troca de experiências e a realização de negócios. Para o vice-governador Carlos Brandão, o evento é uma iniciativa exitosa que deve ser valorizada

"É um momento de oportunidades para criadores, investidores e todos desse ramo que, aqui, podem aprender, compartilhar experiências e realizar grandes negócios. É um evento que fortalece o agronegócio no estado e, por isso, tem a parceria do nosso Governo". Judiciário determina reintegração de posse a famílias de produtores rurais produtores rurais

#### Judiciário determina reintegração de posse a famílias de produtores rurais

Uma sentença proferida pelo Judiciário da Comarca de Morros julgou procedente o pedido de reintegração de posse feito por 20 famílias de produtores rurais, residentes no Povoado São João dos Costas, no município de Morros. A ação, de reintegração/manutenção de posse, foi movida pela Associação dos Produtores Rurais do Povoado São João dos Costas, em face da reguerida M. A. V. C., que alegava ser a dona da área na qual residem mais de vinte famílias. Na área em questão, conforme a parte autora. trabalham mais de cem pessoas. O povoado existe há cerca de cem anos e possui atualmente 70 casas.

A Associação dos Produtores Rurais do Povoado São João dos Costas narra, no pedido inicial, que a requerida iniciou turbações (fato ou ato impeditivo do livre exercício da posse de um bem pelo seu possuidor) na posse dos moradores da localidade ao cercar áreas de uso comum, onde residiriam mais de vinte famílias e trabalhariam mais de cem pessoas, bem como ameaçou os trabalhadores de despejá-los sob a alegação que seria proprietária das terras, equivalente a noventa hectares. Relata a parte autora, ainda, que tentaram de forma amigável conversar com a requerida, porém, sem sucesso, diante da irredutibilidade com que ela trataria sobre o assunto.

O autor afirma que habitam a área em litígio alguns moradores com mais de 60 anos de idade e nascidos no local, onde, por muito tempo, têm sido residência de seus familiares e antepassados. Foi realizada uma audiência de justificação, na qual foram colhidos os depoimentos das testemunhas e do requerente. Posteriormente. foi realizada uma audiência de instrução, oportunidade na qual foram colhidos os depoimentos das partes litigantes. "De início, embora o autor tenha ingressado com ação de manutenção de posse, entendo que, em verdade, não há turbação, mas sim esbulho, vez que o imóvel foi cercado pela ré, limitando a área de uso pela Associação, a ser extirpado por meio de ação de reintegração de posse", destaca a sentença.

Empresas e cidadãos iniciam diálogos para acordos em Santa Helena

#### Empresas e cidadãos iniciam diálogos para acordos em Santa Helena

Em um dia voltado para a tentativa de acordos em demandas processuais - com ação judicial em trâmite –, principalmente as de relação de consumo, o projeto Conciliação Itinerante conseguiu dar andamento a uma parte inicial dos processos que tomam a Comarca de Santa Helena uma das 12 do estado com maior taxa de congestionamento processual. Houve 86 atendimentos e 81 audiências neste primeiro dia. A iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA) prossegue no Fórum Desembargador José Antônio de Almeida Silva até sexta (25).

O juiz coordenador do Núcleo, Alexandre Abreu, destacou a ação pedagógica da itinerância, que tem o objetivo de mostrar às pessoas que o exercício da conciliação é uma oportunidade que todos devem tentar. O magistrado lembrou que o Código de Processo Civil estabelece ser dever do Estado, através das suas representações. inclusive advogados, defensores, Ministério Público e, essencialmente, juízes, gerar a oportunidade de uma conciliação para a resolução pacífica dos conflitos. E disse que isso foi exatamente o que aconteceu nesta terça (22), primeiro dia da quarta etapa do projeto.

'Conseguimos abrir. dentro da fase processual própria, a oportunidade da conciliação, muitas vezes dificultada em uma comarca com volume significativo de processos. A força que foi implementada pela equipe da conciliação permitiu colocar esses processos em dia. Além disso, em algumas situações em que ainda não tinha tido audiência de conciliação, apesar de já ter sido antecipada a contestação. as partes resolveram desistir da produção de provas, e o processo ficou concluso para julgamento, o que foi um resultado de celeridade processual", comemorou o juiz.

Alexandre Abreu avalia que, em alguns casos, propostas de conciliação não são alcançadas por uma questão de expectativa elevada. Segundo ele, as pessoas que entram com demandas judiciais e apontam um resultado esperado, quando recebem propostas inferiores a esse patamar, acreditam que estão perdendo direitos e, portanto, renunciam ao entendimento.

Terminal da Praia Grande

# Laudo da Defesa Civil determina interdição total do Terminal da Praia Grande

**PÁGINA 6** 



O Terminal de Integração da Praia grande foi construído em 1990

POSITIVA - CM.: 96 (24 x 4 col)

**Terminal da Praia Grande** 

## Laudo da Defesa Civil determina interdição total do Terminal da Praia Grande

Um laudo da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Estado do Maranhão (CEPDECMA), expedido nesta segunda-feira (21), determina a interdição total do Terminal de Integração da Praia Grande, no Centro de São Luís.

De acordo com o laudo, existe o risco iminente de desabamento e incêndio no local. Ainda segundo a Defesa Civil, existem danos aparentes no sistema estrutural, nas coberturas, no sistema elétrico, no sistema de prevenção contra incêndio e pânico.

A interdição do Termina da Praia Grande terá início a meia noite desta terçafeira (22), segundo determina auto de interdição da Defesa Civil.

a Prefeitura esclareceu que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de intégração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, consequentemente pela reforma e manutenção, é dos consórcios Ratrans, Taguatur e Central.

A Prefeitura esclareceu, ainda, que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

Por fim, informou que o



O Terminal de Integração da Praia grande foi construído em 1996

Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou que os consórcios são responsáveis pela reforma e manutenção dos terminais e determinou o cumprimento da decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

O Terminal de Integração da Praia Grande foi construído em 1996 para facilitar o deslocamento da população de São Luís. Além do mais antigo da cidade, o terminal é um dos que registra o maior fluxo diário de passageiros, recebendo uma média de 100 mil pessoas todos os dias.

Uma inspeção realizada no Terminal de Integração da Praia Grande, Čentro, na manhã da última sextafeira (18), pela Promotoria de Justica de Defesa do Consumidor, Coordenado-ria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Maranhão (Cepdecma) e Corpo de Bombeiros, constatou uma série de problemas estruturais no espaço, que terá pelo menos duas plataformas interditadas nos próximos dias. Além dos constantemente buracos. denunciados pela popula-



Uma inspeção foi realizada na semana passada no Terminal da Praia Grande



Auto da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Estado do Maranhão (CEPDECMA)

ção que frequenta o terminal, pilares deteriorados, piso danificado e cobertura inapropriada ameaçam a integridade de quem embarca e desembarca em um dos terminais mais movimentados de São Luís. (...)

#### ESTADO MAIOR

#### **E MAIS**

- O Palácio dos Leões reagiu rápido aos números rasos do secretário de Cidades, Rubens Júnior (PCdoB), na corrida pela Prefeitura de São Luís.
- Rubens Júnior foi ao Tribunal de Justiça, foi destaque em notícias na Assembleia Legislativa e até no Ministério Público cumpriu agenda para "mostrar serviço".

## Inscrições para casamentos comunitários

Projeto será realizado em dezembro, em Timon e inscrições podem ser feitas até dia 19 de novembro

Casais residentes na Comarca de Timon (400km da Capital) podem se inscrever para a Edição 2019 do projeto "Casamentos Comunitários" da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) até o dia 19 de novembro. O juiz Adriano Lima Pinheiro, respondendo pela Vara da Família, publicou edital com as regras para a cerimônia que ocorrerá no dia 6 de dezembro, às 10h, no Centro de Convenções Maranhenses, Rua Firmino Gonçalves Pedreira, n. 285, Centro, em Timon.

As inscrições serão realizadas pelo Cartório Extrajudicial do 2º Ofício, em horário comercial, localizado na Avenida Magalhães de Almeida, n.º 64, Centro. Entre os documentos exigidos no ato da inscrição estão o original e cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os maiores de 16 e menores de 18 anos é exigido também o consentimento dos pais. Noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito. Todos os atos ligados ao casamento comunitário são gratuitos. O projeto já uniu, em todo o estado, mais de 120 mil casais.

Casamento acontece dia 6 de dezembro

#### **Projeto**

O Projeto Casamentos Comunitários foi instituído pelo Poder Judiciário maranhense em 1998, idealizado pelo desembargador Jorge Rachid. A Corregedoria Geral da Justiça disponibiliza apoio logístico aos magistrados para concretização do Projeto Casamentos Comunitários, especialmente junto aos cartórios.

### MP quer interdição total do Terminal da Praia Grande

Promotora Lítia Cavalcanti declarou que iniciativa se deve ao fato de terminal de ônibus precisar de recuperação urgente, sendo risco para quem o utiliza. Ontem, duas plataformas foram fechadas.



Duas plataformas do Terminal de Integração da Praia Grande estão fechadas desde a madrugada de ontem, após vistoria da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros apontar problemas na estrutura, cobertura, sistema elétrico e outros

#### MP quer interdição total do Terminal da Praia Grande

Na madrugada de ontem, o terminal teve duas plataformas fechadas por problemas na estrutura, entre outros, mas promotora do Consumidor, Lítia Cavalcanti, solicitará interdição total, por entender que local é perigoso para a população

uas plataformas do Terminal de Integração da Praia Grande, localizado na região central de São Luís, foram interditadas na madrugada de ontem, 22, por apresentarem risco de desabamento e incêndio, colocando em perigo a vida de quem frequenta ou trabalha no local. Durante o período de interdição, apenas outras duas plataformas passaram a ser utilizadas para o embarque e desembarque dos milhares de passageiros que utilizam o transporte público de São Luís. A promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, informou ao Jornal Da Mira, da Rádio Mirante FM, ainda ontem, que estava finalizando uma peça que ajuizará, solicitando a interdição total do terminal, por entender que ele precisa de recuperação urgente, sendo um perigo para a população que o utiliza diariamente.

A decisão de interdição do Terminal da Praia Grande foi tomada a partir de uma inspeção realizada sexta-feira, 18, pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros após solicitação do Ministério Público do Maranhão (MPE/MA). A fiscalização verificou graves problemas na estrutura, cobertura, sistema elétrico, assim como ausência de itens de prevenção contra incêndio e pânico e ineficiência na contenção do mar. Somadas, as irregularidades podem causar o desabamento da estrutura, ofere-

Terminal é utilizado por mais de 100 mil passageiros cendo risco de graves acidentes.

De acordo com a determinação do tenente-coronel Sandro Machado Amorim, coordenador administrativo da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Maranhão (Cepdcma), a interdição do terminal deveria ser integral. No entanto, após uma nova análise, foi alterada para interdição parcial, interditando, desde a 0h de ontem, as plataformas três e quatro do Terminal da Praia Grande, que são, inclusive, as baias localizadas mais próximas ao mar.

#### Reclamações

A medida, apesar de garantir o direito de ir e vir e, sobretudo, a integridade dos usuários, foi motivo de reclamação por passageiros que estiveram no local na manhã de ontem. Para a professora Leila Castro, que foi surpreendida com a interdição, a situação prejudicou o seu roteiro, causando atrasos.

"Entendo que tenha sido por uma boa causa, mas os passageiros estão perdidos aqui. Não sabemos onde estão passando os ônibus. Tem poucos funcionários para nos orientar, sem contar com a bagunça, porque as paradas estão tão lotadas que fica até difícil pegar o ônibus. Já desorganizei meu tempo e vou chegar atrasada ao trabalho", relatou.

#### O terminal

O espaço, construído em 1996, é utilizado diariamente por mais de 100 mil passageiros e, após um processo licitatório, passou a ser administrado, desde 2016, pelo Consórcio Central, presidido por José Gilson Caldas. Segundo ele, os problemas não são de hoje e a responsabilidade pela manuten-

#### Competência por reforma é do consórcio

ção e reforma do espaço será determinada pela Justiça.

"Tanto a concessionária quanto o município de São Luís têm consciência de que precisa ser feita uma obra de grande porte no Terminal de Integração. O que está havendo é uma discussão, porque o Consórcio Central entende que sua responsabilidade é a manutenção do terminal, enquanto o Município de São Luís entende que não é só a manutenção, mas as obras de infraestrutura também. Precisa haver a obra, com certeza, mas, por haver essa discordância entre as partes, a questão está judicializada", informou

Ainda segundo ele, o juiz Douglas de Melo, titular pela Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, responsável pelo processo, determinou que um perito analisasse o Terminal da Praia Grande para identificar os problemas mais urgentes e aqueles a serem solucionados em médio e longo prazo. No entanto, de acordo com o presidente do Consórcio Central, até o momento o laudo não foi entregue, o que inviabiliza a determinação final da Justiça.

#### Responsabilidade

que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, consequentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central.

A Prefeitura esclareceu, ainda.

#### Interdição do terminal deveria ter sido integral

que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Muni-

Procurada por O Estado, a Prefei- cípio (PGM), determinou, no tura de São Luís voltou a afirmar mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do Consórcio Central, todos os consórcios acionados celebraram acordo em audiência e iniciarão os reparos necessários.

> Por fim, frisou o Município, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande. •

#### INSPEÇÃO

Na última sexta-feira, 18, a Promotoria de Justica de Defesa do Consumidor. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Maranhão (Cepdecma) e Corpo de Bombeiros, realizaram inspeção no Terminal de Integração da Praia Grande, constatando uma série de problemas estruturais no espaço. Além dos buracos, constantemente denunciados pela população que freguenta o terminal. pilares deteriorados, piso danificado e cobertura inapropriada ameacam a integridade de quem embarca e desembarca em um dos terminais mais movimentados de São Luís.

"Aqui tem 20 pilares comprometidos em um lugar onde o fluxo de pessoas é absurdo, principalmente nos horários de pico, de manhã, meio-dia e a noite. Se uma peça dessa tomba, vai ser um desastre sem tamanho, vai matar muita gente. Para evitar uma tragédia, eu tomei esse trabalho para mim e vim verificar, em loco, centenas de denúncias que já foram feitas junto ao Ministério Público. Nós constatamos a veracidade dessas denúncias e identificamos um ambiente impróprio para receber tantas pessoas e, muito menos, o movimento dos ônibus, que prejudicam ainda mais as estruturas. Não há como esperar quando a vida de tantas pessoas está em risco", frisou a promotora, na ocasião da inspeção. No fim da manhã de ontem, Lítia Cavalcanti afirmou, no programa Jornal Da Mira, da Rádio Mirante FM, que estava finalizando uma peça para

ingressar na Justiça solicitando a interdição total do terminal e não apenas parcial, como foi feito durante a madrugada. Segundo ela, a interdição parcial

não garante segurança aos usuários do espaço.



#### ESTADO MAIOR

#### Perdeu de novo

Um dos consórcios das empresas do transporte público em São Luís perdeu mais uma na Justiça em relação à reforma do Terminal de Integração da Praia Grande.

Depois de ser acionado na Justiça para reformar o terminal, o argumento do consórcio de que é da Prefeitura de São Luís a competência para a reforma do terminal, o Consórcio Central perdeu no primeiro grau e recebeu prazo para iniciar a reforma.

As empresas então recorreram ao Tribunal de Justiça (TJ) pedindo uma liminar, mas perderam mais uma com a decisão do desembargador Paulo Velten de indeferir o pedido do consórcio.

#### Confusão

A confusão toda está sendo causada somente pelo Consórcio Central, que se recusa a recuperar o Terminal da Praia Grande.

A Prefeitura de São Luís alega que pelo contrato firmado após a licitação do transporte público, é obrigação das empresas.

Fica claro, pela posição do Consórcio em questão, que há uma "saudade" dos empresários pelo tempo em que o serviço prestados pelas empresas ainda era subsidiado pelo Poder Público.



#### ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 71/2019 Processo nº 37290/2019

Objeto: Registro de Preço para aquisição de câmeras de conferência e desktop; Abertura: 06/11/2019 às 09:00h (horário de Brasília-DF); Local: <a href="www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: <a href="colicitacao@tjma.jus.br">colicitacao@tjma.jus.br</a>. Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 21 de outubro de 2019.

Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).



#### ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 72/2019 Processo nº 9493/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de arcondicionado para Comarca de Caxias/MA; Abertura: 08/11/2019, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: <a href="www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: <a href="mailto:colicitacao@tjma.jus.br">colicitacao@tjma.jus.br</a>. Fones: (98) 3261-6181 / 6194.

São Luís/MA, 22 de outubro de 2019. André de Sousa Moreno - Pregoeiro TJMA.

#### Venezuelanos ainda usam crianças para pedir ajuda na rua

Refugiados estão em alguns pontos da Ilha, com crianças carregadas em suportes de pano

Em várias avenidas da Região Metropolitana de São Luís, venezuelanos podem ser vistos pedindo ajuda financeira, sobretudo em frente a semáforos. Desde maio deste ano, quando os primeiros grupos desembarcaram na Grande Ilha, eles sobrevivem nessa situação. Um fato que chama a atenção é o uso de crianças para abordar pedestres e condutores. Os meninos e meninas são levados ou carregados sob o sol forte, com risco de contrair alguma doença por causa das condições ambientais.

O Estado percorreu alguns trechos da capital maranhense e encontrou venezuelanos em quatro pontos da Avenida Daniel de La Touche, em trechos de bairros como Cohama, Parque Athenas e Parque Shalon. Em apenas um dos locais, havia um homem que, carregando uma placa feita de forma improvisada, pedia água, comida e roupas, bem como ajuda para pagar aluguel. Assim que o sinal ficava vermelho, perto da Avenida Mário Andreazza, ele se movimentava entre os carros.

Quando o sinal abria, ele voltava para o canteiro central. Em poucas idas ao meio da Avenida Daniel de La Touche, conseguia algum dinheiro, ofertado por condutores. Em outros trechos, três venezuelanas se posicionavam, em pontos distintos. Duas delas estavam com crianças, que eram levadas em pedaços de tecido, semelhantes aos suportes conhecidos como slings.

Nos dois casos, as crianças pareciam estar dormindo, mesmo com o movimento de ida e vinda das mulheres na avenida, com uma espécie de "cofo" na mão, em que o dinheiro dos condutores era depositado. O sol intenso do início da tarde não incomodava as venezuelanas. Segundo flanelinhas que trabalham nesses trechos, as mulheres passam quase o dia inteiro pedindo ajuda. Em alguns casos, conseguem comida e se alimentam no meio-fio.

À noite, o grupo de venezuelanos desaparece das avenidas. Quando amanhece, logo cedo, os estrangeiros retornam aos locais, para reiniciar o processo de pedir esmola. Muitos percorrem as avenidas descalços. Nas proximidades do Estádio Castelão, alguns são vistos saindo em família, com presença de crianças, em direção à Avenida dos Franceses, onde abordam os motoristas no semáforo que fica em frente ao Parque Folclórico da Vila Palmeira (Espaço Humberto de Maracanã).

Apesar da presença dos venezuelanos nas avenidas da Grande Ilha, o número parece ter diminuído. Em alguns locais, onde eles tradicionalmente ficavam, os estrangeiros não são mais vistos, como na Avenida São Luís Rei de França, em frente ao Posto Natureza. Em toda a Avenida Colares Moreira, não foram observados refugiados, assim como na Avenida Jerônimo de Albuquerque.

#### **Impasse**

A situação dos venezuelanos ainda está sob impasse. Em agosto, uma força-tarefa foi montada pela Defensoria Pública do Estado (DPE), Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Governo do Estado, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Prefeitura de São Luís, para discutir ações estratégicas, a fim de solucionar o problema.

O grupo percorreu as avenidas da região metropolitana, para orientar os estrangeiros acerca das leis brasileiras e descobriu que muitos venezuelanos não tinham documentação, o que dificultou o trabalho de orientação.

#### A chegada

Os refugiados chegaram a São Luís em maio deste ano. No início, eram 55. Em julho, o número aumentou para 69. Em agosto, havia pelo menos 155 venezuelanos na Ilha. Os estrangeiros desembarcaram no Brasil em uma tentativa de fugir da crise na Venezuela, que sofre com a falta de remédios, de comida, de água e serviços essenciais para uma sobrevivência digna.

Ainda em maio, os refugiados foram levados a abrigos na capital. Os primeiros grupos foram encaminhados a uma casa na Cohab-Anil pela Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop). Uma das dificuldades enfrentadas pelos órgãos públicos envolvidos na situação dos estrangeiros é o dialeto falado pelos venezuelanos, que é o waraos, mesmo nome da etnia indígena ao qual pertencem no país vizinho ao Brasil.

O Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís foram contatados acerca da situação dos venezuelanos na Ilha, mas não houve resposta até o fechamento desta edição. ●



Com criança no colo, venezuelana pede esmolas em avenida

## Homem que tentou matar rival a martelada tá presos

Uma operação das polícias civil e militar prendeu na segunda (21) Valdeci Cezostres da Silva, de 41 anos, em Barra do Corda, a 462 km de São Luís. Ele estava foragido da Justiça do Distrito Federal por tentativa de homicídio.

Segundo a polícia, no fim de 2017, o suspeito teria tentado matar um homem identificado como Marcio Rogério da Silva mediante golpes de martelo. Em Barra do Corda, Valdeci estava escondido em uma fazenda desde a época do crime.

Após meses de investigação, ele foi preso em uma residência no bairro Trezidela e encaminhado à delegacia. De



acordo com a Polícia Civil, Valdeci será enviado nesta quarta (23) ao Distrito Federal, onde deve ficar no Complexo Penitenciário da Papuda.



NEUTRA - CM.: 64 (16 x 4 col)

proíbe nomeação de condenados por violência doméstica

#### APERTEM O CINTO, DUTRA SUMIU...

## Câmara aprova projeto de Bárbara Soeiro que proíbe nomeação de condenados por violência doméstica

O plenário da Câmara Municipal de São Luís aprovou em redação final projeto de lei, de autoria da vereadora Bárbara Soeiro (PSC), que proíbe a nomeação de pessoas condenadas por violência domésticas para o exercício de cargos comissionados e prestação de serviços no âmbito do Legislativo Municipal.

Além dos documentos normais cabíveis para investidura de cargos e prestação de serviços, segundo o projeto, será exigida a certidão comprobatória de não acometimento de crime dessa natureza.

Bárbara Soeiro enfatizou que, seguindo a linha em defesa da mulher, sempre prezando pelo estabelecimento de políticas públicas que favoreçam a diminuição de feminicídios, assim como trabalhar toda e qualquer forma de inibição a agressões físicas, morais e psicológicas direcionadas ao gênero, o pprojeto de lei quer começar dando o



exemplo em casa, proibindo a investidura em cargos e prestação de serviços a agressores condenados por violência doméstica.

Quadro alarmante - A vereadora destacou que os casos de feminicídios e violência contra a mulher no estado do Maranhão são alarmantes, principalmente, em São Luís. No ano de 2018, por exemplo, a Delegacia da Mulher, em São Luís, recebeu 1870 denúncias de mulheres ameaçadas por companheiros ou alguém de convivência familiar e, 43 feminicídios. Ao todo, foram 1625 inquéritos instaurados, 3789 pedidos de medidas de proteção e 433 prisões. Só agressão física, somou mais 1120 casos em toda a região metropolitana da capital.

"Um quadro que merece toda atenção e empenho para se buscar meios de se conter essa situação que tanto impacta negativamente a vida, não só de cidadãs ludovicenses, mas de toda uma sociedade", afirmou Bárbara Soeiro.

Ao finalizar, a vereadora enfatizou que, apesar de todos os avanços com pautas no Legislativo, Executivo e no Judiciário em defesa da integridade da mulher, "observa-se que muito ainda deve ser feito para se destituir essa linha patriarcal, onde a educação ainda faz muita falta em temas como igualdade e respeito aos direitos", disse.

#### Consórcio de empresas de ônibus deve fazer obra em Terminal da Praia Grande

PÁGINA 10

**PRAIA GRANDE** 

## Consórcio deve fazer obra em terminal

Prefeitura de São Luís diz que reforma no Terminal de Integração da Praia Grande é de responsabilidade das empresas de ônibus. Duas plataformas foram interditadas

Prefeitura de São Luís se pronunciou sobre a interdição parcial do Terminal de Integração da Praia Grande., na Avenida Vitorino Freire, no Centro de São Luís. Foram duas plataformas fechadas: 3 e 4.

Na manhã de ontem, terça-feira (22), o executivo municipal se pronunciou através de nota, revelando que a responsabilidade pelo terminal de integração é do consócio que administra o local. A interdição parcial foi realizada a partir da 00h, de terça.

Segundo a nota, os terminais de integração de São Luís são de responsabilidade dos consórcios de empresas de ônibus que participaram da última licitação do transporte público da capital. O responsável pelo Terminal da



A INTERDIÇÃO PARCIAL DO TERMINAL FOI REALIZADA A PARTIR DA 00H, DE ONTEM

Praia Grande é o Consórcio Taguatur Ratrans – Consórcio Central.

O auto de infração emitido pela Defesa Civil informa que duas plataformas do terminal foram interditadas e não estão funcionando pois correm risco de desabamento. O consórcio ainda recorreu, mas a Justiça manteve a decisão. Somente duas das quatro plataformas estão funcionando de forma regular.

Preliminarmente, a decisão era de que o terminal de integração fosse interditado por completo, no entanto, após um pedido feito pela Prefeitura de São Luís, a Defesa Civil emitiu um novo documento autorizando o funcionamento parcial do local.

A prefeitura disse ainda que consta no contrato que a manutenção, limpeza e toda a administração são de responsabilidades das empresas unidas por meio de consórcios. "Convém lembrar que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, consequentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central", disse a prefeitura por meio de nota.

#### Confira a nota na íntegra:

A Prefeitura de São Luís esclarece que, por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, consequentemente pela reforma e manutenção, é

do Consórcio Central.

A Prefeitura esclarece ainda que a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do consórcio Central, todos os consórcios acionados celebraram acordo em audiência e irão iniciar os reparos necessários.

Por fim, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande.

#### Informe JP

#### Abuso de autoridade

Em entrevista à TV Assembleia, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos, falou sobre os impactos da lei de abuso de autoridade e da contrariedade da categoria à matéria já sancionada. Ângelo disse que foi feita reunião de emergência na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em Brasília, com a presença de representantes de entidades de vários estados brasileiros, com o propósito de planejar as estratégias voltadas à mobilização da sociedade acerca dos prejuízos causados pela referida lei.

#### Deputados assinam ofício para destinação de emendas ao Aldenora Bello

PÁG. 4 (C1)

### Deputados assinam ofício para destinação de emendas à Fundação Antônio Dino

Os 42 deputados da Assembleia Legislativa assinaram, nessa terça-feira (22), ofício solicitando a liberação de emendas, no valor de R\$ 100 mil de cada parlamentar, a serem destinadas à Fundação Antônio Dino, instituição mantenedora do Hospital Aldenora Bello, que deixou de oferecer alguns serviços aos pacientes com câncer por falta de recursos financeiros. O documento com as assinaturas deverá ser entregue nesta quartafeira (23), ao vice-presidente da Fundação, Antônio Dino Tavares. "Nosso objetivo é auxiliar, concretamente, a resolver e superar essa crise por qual passa o Hospital Aldenora Bello e ter a garantia dos serviços. Embora a Fundação Antônio Dino seja uma fundação privada, em razão da quantidade de pacientes que trata, nós entendemos que é necessário ajudar", afirmou Othelino Neto, presidente da Assembleia. A iniciativa dos parlamentares é fruto de reunião com a direção da Fundação Antônio Dino, que expôs as dificuldades enfrentadas pelo Hospital Aldenora Bello, referência no tratamento de câncer no Maranhão. "Eles nos entregaram uma planilha para que nós pudéssemos saber como eles iriam aplicar

esses recursos das emendas e, também, agilizar a burocracia para liberar a parcela do Fundo Estadual de Combate ao Câncer. Também se comprometeram, de imediato, a retomar os serviços", assinalou Othelino. Na tribuna, o deputado Hélio

Soares (PL) elogiou a iniciativa

o diálogo com a fundação e com

da Presidência da Casa em manter

Othelino fala sobre o lançamento da Constituição Estadual Anotada e a nova etapa do programa 'Assembleia em Ação'

todos os parlamentares, em busca de uma solução para a situação da casa de saúde. "Inicio enaltecendo a atitude de nosso presidente Othelino, que teve a iniciativa de fazer com que cada deputado destinasse uma parte das suas emendas para o hospital, que é de grande importância para o nosso estado, o Aldenora Bello", disse o parlamentar. Em novo podcast, Othelino

Em novo podcast, Othelino destaca nova edição do 'Assembleia em Ação' e repercute o lançamento da Constituição Estadual Anotada Na 12ª edição do Podcast 'Diálogo com Othelino', o presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PCdoB), repercutiu o lançamento da Constituição Estadual Anotada e a nova etapa do programa 'Assembleia em Ação' que acontece nesta sexta (25), em Timon, envolvendo lideranças políticas e a população da região

leste do Maranhão. Othelino Neto explicou que a Constituição Estadual Anotada, lançada como parte da comemoração dos 30 anos da Carta Magna maranhense, foi elaborada pelos deputados Neto Evangelista (DEM), Zé Inácio Lula (PT), Glalbert Cutrim (PDT) e Zé Gentil (PRB), consultores da Assembleia e de outros órgãos, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE), Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público de Contas (MPC), Defensoria Pública do Estado (DPE), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE). "Foi um trabalho de muitas mãos, que agora está pronto e já está disponibilizado no site da Assembleia. Também estamos encaminhando para todos os órgãos que são ligados à execução do Direito para que tenham um exemplar da Constituição com

as alterações que ocorreram nos últimos anos", enfatizou. O presidente falou ainda sobre o programa 'Assembleia em Ação' que, nesta 2ª edição, acontece sexta (25), a partir das 8h, no Centro de Convenções Maranhenses, na cidade de Timon.

"Será uma oportunidade de conhecermos um pouco mais das necessidades daquela região e o que aquela parte importante do Maranhão pensa sobre a Assembleia, o que esperam de nós. Será um momento para voltarmos de lá com mais informações sobre o Leste maranhense", acentuou Othelino.

#### **CRISES**

Ainda no podcast, o deputado tratou de assuntos que estão repercutindo no cenário nacional, como a crise no Partido Social Liberal (PSL), legenda do presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo ele, a crise no PSL representa o momento difícil em que passa o país. Othelino finalizou a edição lamentando o vazamento de óleo que contaminou várias praias do Nordeste. "Talvez seja a maior tragédia ambiental envolvendo a costa brasileira", pontuou o parlamentar, ao criticar a falta de posicionamento do Governo Federal.

"O Governo, que tem por obrigação coordenar a busca de quem causou e a contenção do impacto, se omitiu esse tempo todo e não consegue dar uma resposta. Para piorar, o Comitê de Contingenciamento foi extinto há alguns meses, ou seja, o país está desprotegido para situações como essa", finalizou.

## Risco de desabamento leva à interdição parcial do Terminal da Praia Grande

LUCIENE VIEIRA

Ontem (22), o Terminal de Integração da Praia Grande localizado na Avenida Vitorino Freire, região central de São Luís, foi interditado parcialmente, devido ao risco de desabamento e até de incêndio, de acordo com auto de infração da Defesa Civil Estadual - órgão ligado ao Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA). A decisão inicial era de interditar o terminal por completo, mas depois de um pedido da Prefeitura de São Luís, a Defesa Civil emitiu novo laudo que autorizou o funcionamento parcial do local. Assim, apenas duas das quatro plataformas estão em funcionamento.

Na manhã de ontem, agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) estavam acompanhando o fluxo dos ônibus. Como duas plataformas foram interditadas, o movimento de ônibus dentro do terminal ficou mais <del>lento, po</del>is todos os veículos passaram a revezar as outras duas plataformas liberadas para uso. O Terminal de Integração da Praia Grande é administrado pelo Consórcio Taguatur Ratrans (Consórcio Central), desde o dia 1º de setembro de 2016. A inspeção que confirmou os problemas estruturais no terminal foi feita pela Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Os problemas atingem telhados, colunas e, por isso, há risco de desabamento. O Ministério Público também acompanha o caso.

De acordo com o presidente do Consórcio Taguatur Ratrans, Gilson Neto, tanto o consórcio quanto o Município têm consciência de que precisa haver uma obra de grande porte no Terminal de Integração da Praia Grande. Porém, Gilson Neto disse que a responsabilidade do consórcio é apenas a manutenção do terminal. "As obras de infraestrutura são de responsabilidade da Prefeitura. Mas, por haver uma discordância entre o consórcio e o Município, a questão das obras no terminal está judicializada", informou Gilson

Segundo o presidente do
Consórcio Taguatur Ratrans,
o juiz Douglas Martins, titular
da Vara dos Direitos Difusos e
Coletivos, determinou que um
perito analisasse o Terminal de
Integração da Praia Grande, e que
por meio desta perícia se saberá
quais os serviços da obra são os
mais urgentes. "O perito ainda não
devolveu este estudo. E após este
laudo, ou o juiz dará uma decisão
a cerca de quem arcará com os
custos da reforma, ou marcará
nova reunião entre o consórcio
e a Prefeitura", informou Gilson

### Prefeitura diz que "força de contrato atribui responsabilidade aos consórcios"

Por meio de nota, a Prefeitura de São Luís informou que, "por força de contrato assinado após o processo de licitação de transporte urbano da capital maranhense, os consórcios vencedores e que operam o serviço são inteiramente responsáveis pela realização de reformas estruturais e manutenção dos terminais de integração da capital. No caso do Terminal da Praia Grande, a competência pela administração e, consequentemente pela reforma e manutenção, é do Consórcio Central".

Ainda na nota, a Prefeitura informou que "a Vara dos Direitos Difusos e Coletivos, atendendo ao pedido da Procuradoria Geral do Município (PGM), determinou, no mês de setembro de 2019, que as empresas consorciadas, no prazo de 120 dias, fizessem as reformas e adequações necessárias nos terminais da capital, a fim de sanar as irregularidades constatadas no laudo da vistoria feita pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Com exceção do consórcio Central, todos os consórcios acionados celebraram acordo em audiência e irão iniciar os reparos necessários.

"Por fim, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, por sua vez, confirmou a decisão proferida pela Vara de Interesses Difusos e manteve a obrigação e responsabilidade do consórcio Central pela realização de reforma e manutenção do referido terminal da Praia Grande".

#### Neto.

Sobre não ter ocorrido um planejamento prévio para a interdição, Gilson Neto informou que neste sentido, somente a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros são os que podem atuar. "As vistorias aconteceram paralelas ao processo judicial, não foi o consórcio que interditou, tão pouco a Prefeitura. E, repito, a manutenção é diferente de uma obra de infraestrutura", concluiu Gilson Neto.



Equipes da SMTT foram destacadas ao terminal, a fim de disciplinar o fluxo de ônibus e de passageiros